

## 1 INTRODUÇÃO

*But what question is one posing when one asks, "Is Economics a science?" Is one inquiring about the goals of economics, about the methods it employs, about the conceptual structure of economic theory, or about whether economics can be reduced to physics? If economics is a science, is it the same kind of science as are the natural sciences? (HAUSMAN, 2008:1)*

A discussão proposta por Daniel Hausman no trecho citado acima é significativa e, como o próprio autor argumenta, repete-se com uma certa periodicidade. Quando a economia vai mal, os economistas tem sua reputação afetada negativamente e a disciplina como um todo entra em uma espécie de crise interna. É nesses momentos que a discussão sobre metodologia tem sua popularidade aumentada, mesmo entre economistas que não costumam tráfegar por esse espaço de discussão. Em debates paralelos a esse que, na verdade, tratam da temática da filosofia da ciência como um todo e não só da economia, a noção da ciência enquanto verdade absoluta baseada no método científico não representa mais o consenso entre os acadêmicos que pensam o assunto. Houve uma relativização dos conceitos consagrados no passado pelo modernismo, ou mais especificamente pelo racionalismo, e que informaram uma visão que ainda hoje é proclamada, mesmo na academia. Entre os pesquisadores mais bem informados sobre os debates na filosofia da ciência, houve avanços significativos em direção a uma desmistificação do "científico". Nos dias de hoje, parece pouco relevante discutir simplesmente se a economia se coloca dentro ou fora da moldura da ciência, especialmente quando os contornos dessa moldura estão longe de serem claros e definidos. Uma conversa mais interessante parece ser a que tenta entender a disciplina em si mesma, a partir de suas práticas consagradas, e observar, a partir de uma postura positiva, a sua evolução. Isto é, avaliar e explicar o estatuto epistemológico da economia construindo uma visão crítica e problematizando as teorias e as idéias daqueles que fazem a economia, os economistas.

Mais do que uma questão que se restringe à economia, algumas mudanças se processam de modo universal e dizem respeito à epistemologia e à história das ideias. Elas operam fora da ciência econômica e influenciam decisivamente na validação do conhecimento científico. "Mais do que uma forma de conhecimento, a ciência é atualmente um instrumento para transformar o mundo" (FURTADO, 1970:218). Por esse motivo, existe razão para tratar do escopo e do método da economia nos dias atuais – quando a própria ortodoxia, muito influenciada pela necessidade imposta ao conhecimento pela civilização industrial (FURTADO, 1970), não vê com bons olhos a articulação dessa temática. Observa-se que há um movimento antigo em curso nas ciências em geral: "independentemente da teoria do conhecimento que adotemos, não podemos deixar de reconhecer que na sociedade industrial tende a prevalecer o caráter instrumental da ciência", a sua "capacidade de prever, agir" (FURTADO, 1970:218). Por mais que a filosofia da ciência tenha evoluído em suas discussões para algo além da demarcação popperiana normativa baseada no falseacionismo, a crença na possibilidade de definir um critério ahistórico de demarcação do conhecimento que é "científico" daquele que "não é científico" permanece presente na sociedade. A pretensão de que um método científico universal fosse capaz de prescrever normas para a prática de qualquer disciplina científica é uma crença que foi extensamente

criticada e caiu em desuso com o avanço da discussão entre os teóricos da ciência. Uma sugestão não-prescritiva à maneira de Feyerabend e Furtado parece mais adequada:

A revolução cognitiva que seria necessária para modificar num rumo positivo, no sentido desalienante, a rota da nossa civilização, implicaria restaurar o saber como um fim em si mesmo, restabelecer o primado da sabedoria sobre o conhecimento (FURTADO, 1970:218)

O que se quer mostrar aqui é que esse movimento influencia também a ciência econômica, dando uma razão importante para que a compreensão de seu objeto e método seja discutida no âmbito da economia enquanto disciplina.

Outro argumento a ser trabalhado nessa linha de pensamento é a noção do que se configuraria como o futuro da economia enquanto ciência: em que medida estaríamos avançando conforme novas áreas e abordagens – como a economia comportamental, a neuroeconomia e economia experimental - se articulam e redefinem os espaços de diálogo com as outras ciências sociais e, porque não, entre as ciências naturais e a economia. Obviamente, essas novas vertentes estão longe de se configurar um novo modo de pensar estabelecido, ou uma nova ortodoxia, mas o papel da discussão é justamente tentar entender o quanto o modo de pensar, no método e objeto da economia, está sendo alterado por essas mudanças.

Vale dizer, no entanto, que se segue nesse trabalho a tradição filosófica que Henri Lefebvre chamou de Lógica Formal, que buscou extirpar das ciências o que, na sua visão, eram idealismos e as metafísicas, mas que para Lefebvre se equivalem à própria lógica formal. O que distingue esse grupo é a introdução de uma separação entre sujeito e objeto, corpo e alma, experimento e observador. Embora existam problematizações que vão de Wittgenstein, Comte até Feyerabend, todas elas são objeto de crítica por parte do materialismo dialético. Nesse caso, então, é importante informar o leitor que essa crítica (e outras que se enquadrem fora desse esquema mais identificado ao mainstream) está excluída desta análise. Isto não implica dizer que ela não é importante, pelo contrário. Pelo fato de se apresentar como uma crítica frontal à ideologia da lógica formal em contraposição à lógica dialética, a crítica dessa última tradição não está interessada nos avanços marginais da teoria ortodoxa, mas sim de rejeitá-la, o que ultrapassaria o escopo desse trabalho e iria de encontro às temáticas que se desenvolverão mais à frente, apesar de merecer um trabalho dedicado a ela.

O objetivo desse trabalho é tentar mostrar como se processou a mudança no âmbito do método e do objeto de estudo da economia ortodoxa e sua relação com as ciências sociais. O que a tensão metodológica entre ciências naturais e sociais provocou e o que o desprendimento da economia das outras ciências sociais trouxe para essa disciplina. O presente trabalho se divide em quatro capítulos e uma conclusão além dessa introdução. O segundo capítulo buscará compreender a noção de campo e método da economia segundo os economistas clássicos, tomando por base o ensaio de John Stuart Mill. O terceiro capítulo buscará analisar a concepção de objeto e método da economia proposta pelos autores marginalistas, tomando por base a obra de Lionel Robbins. O capítulo quarto trará uma abordagem de objeto que está presente atualmente entre os economistas, buscando nos manuais correntes a fonte para essa

noção. A respeito do método se buscará evidenciar a tensão existente hoje entre a posição defendida pelos economistas e a verdadeira prática empreendida por eles, tomando por base a discussão do metodólogo Daniel Hausman.

## 2JOHN STUART MILL E A DEFINIÇÃO DA ECONOMIA

John Stuart Mill escreve seu trabalho pioneiro no campo da metodologia, *Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela*, em 1836. Aproximadamente meio século após a publicação de *Riqueza das Nações* surge o texto inaugural de Mill que se propõe a entender em que tipo de investigação os economistas políticos estão envolvidos e que tipo de método é utilizado para chegar ao seu objetivo, talvez o primeiro trabalho sistemático feito com esse propósito. Na primeira parte do texto, o objetivo do autor é apresentar ao leitor uma definição, o mais bem acabada possível, do que é a economia política, o que os economistas estudam. O argumento é construído por meio de uma exposição didática que vai excluindo de forma gradativa aquelas definições que vem à mente do autor (e que aparecem em trabalhos anteriores de outros economistas) e que são de certa forma intuitivas, mas incompletas. Partindo de um menor até um maior nível de abstração, Mill chega a uma definição que, a seu ver, é mais adequada:

A economia política pode, então, ser definida como segue, e a definição parece estar completa: *A ciência que traça as leis daqueles fenômenos da sociedade que se originam das operações combinadas da humanidade para a produção da riqueza, na medida em que aqueles fenômenos não sejam modificados pela procura de qualquer outro objeto.*(MILL, 1974:302).

O autor articula quatro conceitos importantes até chegar a sua definição final e que servem ao propósito desse trabalho: a contraposição entre arte e ciência; entre ciência física e ciência moral; de filosofia mental pura e filosofia política e a noção da ciência como uma abstração – que no caso da economia “considera a humanidade enquanto ocupada unicamente em adquirir ou consumir riqueza”, como se fosse a “regra absoluta de todas as suas ações” (MILL, 1974: 300-301).

A primeira distinção é feita para demonstrar que a economia não se resume a um corpo de regras que deve ser seguido pelo estadista caso ele queira ser bem sucedido, como pode transparecer do título que Adam Smith dá ao seu *Uma Investigação sobre a natureza e a causa da Riqueza das Nações*. Na verdade, a economia política pretende ser uma ciência e para isso ela deve colecionar um corpo de verdades, leis que regem a sociedade, regularidades. A arte por sua vez pode advir da investigação científica e, a partir dela se propor “um fim e procurar meios para efetuá-lo” (MILL, 1974:293).

A segunda distinção quer assegurar ao leitor que não há entre a ciência física e a moral algo eminentemente diferente no objeto de estudo, que é o mesmo, apesar de elas terem diferentes foco e abordagem. Para Mill, o que as diferencia é o fato de haver uma clivagem natural entre as leis da mente e as leis da matéria. Enquanto a ciência física estuda as leis da matéria em sua forma pura, a ciência moral as supõe e depende delas para o seu funcionamento. Adicionalmente, ela quer explicar as leis da mente que se relacionam aos fenômenos da produção e distribuição da riqueza:

*As leis da produção dos objetos, que constituem a riqueza, são o objeto de*

*estudo tanto da economia política como de quase todas as ciências físicas. Contudo, algumas dessas leis, que são puramente leis da matéria, pertencem à ciência física, e pertencem exclusivamente a ela. Algumas delas, que são leis da mente humana, e nenhuma outra, pertencem à economia política, que finalmente resume o resultado da combinação de ambas. (MILL, 1974:297)*

A terceira distinção nos informa que há diferenças precípuas entre se considerar as leis da mente humana enquanto o ser se encontra em um estado solitário e as mesmas leis quando o indivíduo vive em sociedade. Esse problema emerge porque as decisões do ser humano quando confrontados com as decisões de outros, suas opiniões e julgamentos são alteradas. Não só isso, mas:

*...existem certos princípios da natureza humana que estão peculiarmente ligados com as ideias e os sentimentos gerados no homem por viver num estado de sociedade, isto é, por tomar parte de uma união ou agregados de seres humanos com um propósito ou propósitos comuns.(MILL, 1974:299)<sup>1</sup>*

Por fim, para Mill, a economia é uma ciência e como tal é uma abstração da realidade. O economista não deve acreditar que suas hipóteses levem a conclusões que possam ser diretamente aplicadas ao mundo. As análises dessa área do conhecimento procuram levar em consideração de que modo o ser humano se comporta ao buscar mais riquezas, isto é, como ele agiria se seu comportamento fosse guiado pura e simplesmente por essa busca de riquezas. Dessa premissa a economia extrai apenas um lado do comportamento humano e por isso, devem-se aliar às conclusões tiradas da análise dita econômica, aquelas que derivam da consideração de outras motivações da vida e, só a partir daí, aplicar os resultados da pesquisa à realidade concreta. “Todas estas operações, apesar de muitas delas serem realmente o resultado de uma pluralidade de motivos, são consideradas pela economia política como decorrentes unicamente do desejo de riqueza” (Mill, 1974:301). Desse modo, o modo de agir da ciência econômica é isolar a motivação da busca pela riqueza de todas as outras “causas perturbadoras” e produzir apenas parte do conhecimento que explica o comportamento humano. Conjugada a outras áreas de conhecimento, ela seria capaz de entender o mundo, mas sozinha não o é.

## **2.1 Economia, as ciências naturais e sociais**

*Yet as late as the 1890s, economists such as Arthur C. Pigou (1877-1959) were still learning economics in a faculty of history and moral science. It was Alfred Marshall who, before retiring in 1908, finally won the battle to establish economics as an independent subject of study at Cambridge – against the will of the faculty.(REDMAN, 1997-:102)*

Talvez fosse intuitivo supor que o início da disciplina estivesse umbilicalmente ligado às questões da moral, da ética ou se confundissem com o que se convencionou chamar de filosofia moral ou ciências sociais em geral<sup>2</sup>. Na verdade, devido ao grande

<sup>1</sup> É importante guardar essa ideia, pois ela será ignorada por Mill em uma citação de *Sistema de Lógica* feita mais à frente na seção sobre método.

<sup>2</sup> As terminologias que definiram os diferentes campos de investigação nos séculos XVIII e XIX se confundem. Isso se deve a questões de tradução e também porque vários dos filósofos iluministas usaram os mesmos conceitos de forma distinta dentro de suas obras e entre eles.

sucesso de Sir Isaac Newton e seu *Principia*, tanto no campo teórico quanto metodológico, os autores do Iluminismo que se seguiram a ele tinham grande afinidade com os seus estudos e “*as they saw it, philosophy, science, social science, and ethics were all the same kind of activity*” (REDMAN, 1997:109). A inspiração para investigar os assuntos mais diversos do ser humano adveio dos trabalhos dos que hoje são encaixados no rol dos físicos. Embora houvesse algum tipo de separação entre os campos, eles se inspiravam na obra newtoniana e o alcance conseguido por ela.

J.S. Mill escreveu dois importantes textos sobre metodologia das ciências, o *essay* discutido anteriormente e *Sistema de Lógica*. As definições que o autor traz nesses trabalhos nos deixam clara a separação que passa a existir entre os ramos relativos à mente humana e daqueles que dizem respeito à economia política. A abstração do homem econômico adotada por Mill deixa patente que o interesse do autor é isolar qualquer outra coisa que não sejam as ações decorrentes da busca de mais riqueza quando essa última não é atrapalhada pela “aversão ao trabalho e pelo desejo da satisfação presente de indulgências dispendiosas” (MILL, 1974:300). Não deve haver dentro da economia a preocupação de que ela responderá aos questionamentos da realidade concreta com precisão. A existência daquilo que Mill chamou de causas perturbadoras torna a economia uma ciência de certo modo inexata, querendo dizer com isso que a economia política “*is a structure of statements of tendencies rather than universal generalizations*” e que, assim como Redman (1997) e Hausman (1992) nos mostram, na maioria das vezes a inexatidão em economia significa “*how things would be in the absence of disturbing causes, or qualified with ceteris paribus clauses*” (REDMAN, 1997:346). No entanto, Mill prevê que o avanço das teorias econômicas seria feito muito por conta da incorporação do que antes seria considerada uma causa perturbadora, seja pela inclusão de premissas mais realistas ou pela identificação de causas antes desconhecidas. Ou seja, o que antes não era levado em conta na explicação dos fenômenos e que, na verdade, interferia negativamente nos resultados previstos pela teoria, pode e deve ser internalizado pelos economistas em sua explicação do mundo, de certa maneira reduzindo esse grau de incerteza da teoria. Embora Mill reconheça a falibilidade da disciplina e considere válida a inclusão dessas causas desconhecidas, ele mantém que a economia é um campo específico das ciências morais ou psicológicas e como tal deve se ater ao seu campo de investigação. Desse modo, o autor não vê com bons olhos a ideia de a economia lançar mão de instrumentais que não são próprios a ela. Ele coloca aqueles fatores que influenciam a decisão humana (mas não a decisão propriamente econômica) em um plano externo à economia política. Sobre esses dois tipos de causas perturbadoras, as primeiras, que também dizem respeito à economia e conseqüentemente ao desejo de riqueza do homem, e as segundas, que dizem respeito a alguma outra lei da natureza humana, Mill nos informa:

Nesse último caso, nunca pode cair no interior da província da economia política; pertence a alguma outra ciência; e aqui o simples economista político, aquele que não estudou nenhuma outra ciência a não ser a economia política, se tentasse aplicar sua ciência à prática, fracassaria. Pelo que diz respeito à outra espécie de causas perturbadoras (...) estas deveriam ser sempre conduzidas ao interior do território da ciência abstrata, se isso for proveitoso... (MILL, 1974:308)

Por todos esses motivos é que não se deve pretender que a economia política seja completa em si mesma, capaz de explicar todos os fenômenos do comportamento humano. Quem se dispuser a explicá-lo em sua completude terá de se aventurar por outros campos da ciência moral, unindo os conceitos de uma com outra para conseguir atingir o real, o concreto, de forma mais honesta.

É somente quando o economista precisa interferir na vida prática que ele obrigatoriamente precisará ser auxiliado por outras disciplinas. Não sendo o economista versado nas mais diferentes áreas das ciências sociais ele não será capaz de responder às questões que o mundo nos coloca. “*A person is not likely to be a good political economist who is nothing else*” (MILL, 2006:306). Mill, de fato, dá muita importância a isso, uma vez que:

*he notes that political economy can be an independent branch of science because it depends ‘on one class of circumstances only’, and on the other hand, ‘for practical purposes, Political Economy is inseparably intertwined with many other branches of social philosophy’ (REDMAN, 1997:348).*

*A scientific observer or reasoner, merely as such, is not an advisor for practice. His part is only to show that certain consequences follow from certain causes, and that to obtain certain ends, certain means are the most effectual. Whether the ends themselves are such as ought to be pursued, and if so, in what cases and to how great a length, it is no part of his business as a cultivator of science to decide, and science alone will never qualify him for the decision (MILL, 2006:77)*

O cientista da economia é capaz de usar o método dedutivo (ou dedutivo invertido, como quer Redman) e a partir de sua observação histórica dos fatos chegar a generalizações que serão postas à prova contra os fatos. As suas premissas são extraídas das observações do indivíduo ou de suas reflexões internas (introspecções). Desse modo, não se pode falar que o economista esteja capacitado para lidar com intervenção na política econômica ou fornecer conselhos de qualidade para o indivíduo que toma decisões econômicas, por se tratar de um especialista em apenas uma dimensão da decisão humana. Uma vez que a prática toma relevância para o cientista social, deve ele ser conhecedor das outras causas que motivam o ser humano e só reunindo conhecimento de outras áreas poderá ele ser capaz de intervir na vida política com alguma competência. Dessa argumentação Milliana pode-se concluir que, se num primeiro momento as áreas adjacentes à economia foram descartadas para que fosse possível erigir um arcabouço teórico separado e distinto de todos os outros, conhecido por economia política, para a atuação e compreensão do mundo de uma forma totalizante se faz necessária a agregação ou síntese do conhecimento produzido por outras áreas.

## **2.2 Metodologia em Stuart Mill**

A questão metodológica aparece ligada às questões sobre o campo ou objeto da economia política já que a investigação que se inspira nas ciências naturais reconhecidamente não pode ser tratada da mesma forma nas ciências sociais justamente por tratarem-se aqui de questões da mente (sejam elas puras ou sociais). A controvérsia metodológica da economia política se inicia antes mesmo da

independência da disciplina e se mistura à das ciências naturais. Os filósofos dos séculos XVII e XVIII tomam por base as noções de Descartes, Bacon e Newton, seja para refutá-las ou para endossá-las, e chegaram à economia política por autores diversos. Dentre esses, os que ganharam mais proeminência em sua época ou tiveram sua importância reconhecida mais tarde foram John Locke, David Hume, Adam Smith e J. S. Mill.

Um dos principais debates que ocorreu entre esses e outros autores foi o que distinguiu duas formas de praticar a ciência: o indutivismo e o dedutivismo. Para elucidar como se deu esse grande debate deve-se recorrer aos autores da época e aos intérpretes atuais para mostrar como aqueles próprios autores sofreram com problemas como definições paradoxais e conflitos entre os conceitos, seja no interior de cada obra, seja entre obras diferentes. O que se quer mostrar com os trechos mencionados a seguir é como realmente houve, mais do que um problema de nomenclatura ou de inconsistência conceitual, uma maturação intelectual por parte dos autores e uma mutação do conceito de indução ao longo do tempo. Ele é importante porque é com ele que nasce a ciência dentro dos moldes modernos. Com Francis Bacon e seu *Novum Organum* a ideia de experimentação e aproximação com os fatos e com a chamada história natural é inaugurada formalmente e utilizada pelos filósofos que o seguiram. A discussão aqui não pretende esgotar o assunto, que é extenso e não chegou a um consenso mesmo entre os especialistas da área. O que se quer é mostrar como os conceitos devem ser destacados da definição moderna para que o pesquisador dessa temática não incorra em um anacronismo teórico e consiga analisar sua evolução e com qual semântica ele foi empregado pelo autor que nos interessa nesse tópico, que é J. S. Mill. De início importa definir o que hoje é correntemente chamado de indução e dedução:

*Today we usually associate induction with reasoning from the particular to the general or with the inference of laws from observations; deduction is the antithetical process, the drawing of particular truths from a general truth. Whereas induction is the method of empirical science, deduction is a purely logical process.*(REDMAN, 1997:160)

A maior crítica ao indutivismo puro, que seria aquele empregado à maneira definida por Redman acima, e que teve grande repercussão para a ciência social como um todo, deve ser a de David Hume. A crítica de Hume pode ser associada à rejeição lógica que Popper irá fazer no século XX ao argumento indutivo. A ideia por trás dessa crítica é simples e pode ser ilustrada da seguinte forma: não importa o quanto se verifique a existência de cisnes brancos, não se pode inferir dessa coleção de experiências que todos os cisnes são brancos, nem que o próximo cisne que se verá, será branco. A justificativa do raciocínio indutivo pelo indutivismo também é criticada: *“inferring the future success of the inductive method from past successes invokes the very principle whose justification is sought, and so we enter the ‘Humean circle’*” (REDMAN, 1997:174). No entanto, deve-se entender que essa crítica se dirige a esse “tipo” específico de raciocínio indutivo -já que Hume reconhece *“for a satisfactory account of induction is required in order to formulate a theory of causality, to*

*generalize scientific laws, and to predict.*” (REDMAN, 1997:175)<sup>3</sup>.

À luz dessa primeira crítica que informará J. S. Mill em sua construção, outra influência importante é a noção dos filósofos escoceses da realização de experimentos em filosofia moral: *“they used the word experiment (...) as a technical term unrelated to its usual meaning. ‘Self-consciousness’ or ‘introspection’ was the instrument of observation and the basis for experimentation”* (REDMAN, 1997:186). A identificação dessa influência é importante para a relativização do termo “indutivo” que se verificará à frente. Outro fato interessante para atestar a flexibilização dos conceitos metodológicos é a verificação de que muito pouco consegue se concluir do método usado por Smith em *Riqueza das Nações*. Os leitores dessa importante obra chegam a conclusões diametralmente distintas (ou a conclusão nenhuma) como atesta (REDMAN, 1997:187).

Já em Mill propriamente dito, fazendo-se uma leitura atenta de alguns trechos de sua mais importante obra de método, que é *Sistema de Lógica*, veem-se alguns detalhes importantes como em uma de suas definições: *“Induction is the process by which we conclude that what is true of certain individuals of a class is true of the whole class, or that what is true at certain times will be true in similar circumstances at all times”* (MILL, 2006:288). Redman nos informa que, segundo Mill, a prova de que o Duque de Wellington é mortal, não é obtida dedutivamente a partir da proposição de que “todos os homens são mortais”, mas sim ao verificarmos que John, Thomas e outros indivíduos são mortais. Para ele a ciência se inicia com a experiência sensorial, isto é, com a observação. Dessa evidência se constroem generalizações, ou seja, a teoria emerge dos fatos (REDMAN, 1997:192). Apesar disso, Mill dedica um capítulo a parte para discutir o dedutivismo *“which he recommends for cases in which direct methods of observation and experiment cannot be used for social phenomena”* (REDMAN, 1997:193). Aqui cabe uma citação mais longa do próprio Mill que irá qualificar a distinção dedutivo *versus* indutivo, indicando que o que aconteceu foi que a palavra “indutivo” sofreu, na verdade, uma forte mudança de significado desde a publicação da obra de Francis Bacon:

*The opposition is not between the terms Deductive and Inductive, but between Deductive and Experimental. A science is experimental, in proportion as every new case, which presents any peculiar features, stands in need of a new set observations and experiments – a fresh induction. It is deductive, in proportion as it can draw conclusions, respecting cases of a new kind, by processes which can bring those cases under old inductions; by ascertaining that cases which cannot be observed to have the requisite marks, have, however, marks of those marks.* (MILL, 2006:219)

O que isso quer dizer é que J. S. Mill reconheceu que o método científico envolve os dois tipos de raciocínio, indutivo e dedutivo (REDMAN, 1997:194). O termo indução e as explicações e definições apologéticas ao indutivismo dadas por Mill parecem entrar no seu trabalho por uma escolha de retórica, uma adequação ao discurso da sua época (que era muito influenciado por indutivistas consagrados) do que por uma filiação teórica propriamente dita, quando a sua concepção de ciência passa a diferir em muito das concepções mais rígidas e estereotipadas da época que se seguiu à publicação

<sup>3</sup> Embora a própria Redman admita que Hume não chega a usar o termo *induction*



dos *Principia* de Newton (outro autor que fora mal interpretado pelos seus próprios seguidores). Em *Sistema de Lógica* também é exposta a noção milliana que apoia a formulação de hipóteses e o separa mais ainda dos rótulos modernos de indutivista. O autor aponta que a ciência pode começar com hipóteses ao invés de observações: para ele quase tudo do que é teoria hoje já foi um dia uma hipótese (MILL, 2006). Outro fato que motiva essa aparente contradição é a distinção feita no seu *Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela* entre o método *a priori* e o *a posteriori*. Isso porque o método *a priori*, que é defendido no texto, está associado ao método dedutivo. Dadas essas considerações pode-se dizer que não é por outro motivo que Blaug irá afirmar que “*the sudden support for deductive methods after hundreds of pages extolling inductive ones (...) is well calculated to leave the reader utterly confused about Mill’s final views on the philosophy of the social sciences*” (BLAUG, 1992:64). No entanto, para o propósito do trabalho e do que será explorado à frente, vale ressaltar a posição de um autor visto com bons olhos por Deborah Redman e outros especialistas no assunto e que vem da tradição milliana que é William Whewell. Ele “*will see that induction is not the generalizing argument advanced by logicians such as Mill: practicing scientists do not reason by virtue of its form, but instead test and try hypotheses until their hunches yield results*” (REDMAN, 1997:195). Esse autor alcança atualidade por vários motivos entre os quais dois parecem bastante importantes: a assunção de uma postura mais positiva do que normativa da filosofia da ciência que, muito por isso, assume a possibilidade da mudança da concepção indutivista; e o seu foco na importância da capacidade de previsão da ciência, motivo pelo qual estiveram suas ideias alijadas da tradição clássica econômica.

Para os fins que se verificarão ao longo do desenvolvimento da ideia central do trabalho, à guisa de conclusão, quer-se ressaltar que apesar das vicissitudes de cada autor trazido nesse capítulo, pode-se dizer que eles:

*maintain(s) that the theories of social sciences apply to theoretical constructions or models which are formulated by the investigator in order to explain certain experiences, a method which [t]he[y] explicitly compare(s) to the construction of theoretical models in the natural sciences*(WINCH, 2008:118)<sup>4</sup>

Mesmo quando os economistas políticos falam de distinções entre as ciências morais e naturais, elas se referem ao aspecto limitante da compreensão humana e dos instrumentos de que dispõe o ser humano para captar os fenômenos dessa natureza. Para os precursores da economia política, a ciência social envolve dificuldades muito maiores no esforço de investigação do que a ciência natural. Ou seja, para eles trata-se de uma diferença de grau, e não de uma diferença de essência (qualitativa) como quer Winch. J. S. Mill incorre em problemas no ponto de vista de Peter Winch quando assumidamente fala que os fenômenos sociais não são outra coisa senão o somatório de ações dos seres humanos individualmente considerados, de certa forma se contrapondo ao formulado no *Essay sobre economia política* (quando o autor fala das diferenças do comportamento humano em sociedade) quando:

---

<sup>4</sup> Peter Winch associa essa citação com Karl Popper, no entanto, dentro de alguns limites acredita-se poder dizer o mesmo dos primeiros teóricos da economia política. J. S. Mill e Karl Popper ambos podem ser colocados sob a rubrica do individualismo metodológico

*The laws of the phenomena of society are, and can be, nothing but the laws of the actions and passions of human beings united together in the social state. Men, however, in a state of society, are still men; their actions and passions are obedient to the laws of individual nature. Men are not, when brought together, converted into another kind of substance, with different properties... (MILL, 2006:879)*

Essa questão será contraposta mais à frente a outras visões de ciência social, à relação entre a economia e outros ramos da ciência e seu status epistemológico. O objetivo aqui é expor o que foi a visão inicial da economia política e a relação que Stuart Mill estabeleceu com as outras áreas das ciências que não a economia.

### **3 LIONEL ROBBINS E A DEFINIÇÃO DA ECONOMIA**

Assim como Mill, Lionel Robbins inicia seu trabalho com uma exposição acerca do escopo da ciência econômica. *An essay on the nature and significance of economic science* foi primeiramente publicado em 1932 e não tinha a pretensão de apresentar, segundo o autor, uma novidade para o leitor, mas sim de sistematizar ou de dizer claramente aquilo que geralmente não é dito em trabalhos de economistas: o que os economistas estudam ou em que consiste o estudo da ciência econômica. A economia se inicia com estudos de autores que partem de problemas muito distintos, tendo forte influência de estudos feitos pelos filósofos que se interessavam em aspectos práticos da vida. Poressemotivo, “*It was not until quite recent times that it [the body of generalisations of economics] had become sufficiently unified for the identity of the problems underlying these different enquiries to be detected.*” (ROBBINS, 1945: 3). Para o autor, qualquer tentativa muito precoce de definir algum objeto de estudo está fadada ao fracasso.

Adicionalmente, de forma semelhante a Mill, Robbins faz uma exposição que gradativamente amplia seu grau de abstração e se mostra didática ao leitor, de forma que a sua definição vai tomando forma aos poucos. A divisão do texto é também similar ao trabalho de Mill, já que a primeira metade da obra discute o problema da definição do objeto próprio à economia (os três primeiros capítulos) e a segunda metade discute problemas metodológicos (os três últimos capítulos). O capítulo primeiro se dedica a definir a economia de forma satisfatória, rejeitando a concepção conhecida por “materialista”. A grande insatisfação do autor reside na expressão “material”, com a qual os economistas buscam definir o assunto da economia: como se ela fosse a ciência que trata dos aspectos materiais da vida humana. Para rejeitar esse conceito, Robbins se apoia na teoria dos salários e aponta para graves falhas que adviriam por se acreditar que o salário só é pago por produção de bens materiais ou gasto nesse tipo de bem, fato que não se aplica a todos os casos e que, se fosse verdadeiro ocasionaria vazamentos no ciclo das trocas. Atrelada a essa rejeição se encontra a definição muitas vezes rejeitada de Adam Smith quanto ao trabalho produtivo. Smith rejeita o setor serviços como criador de trabalho produtivo. O trabalho nesse setor não gera nenhum bem tangível, no entanto, argumentou-se contrariamente, que, se esses serviços são demandados socialmente, então, nesse caso, há trabalho produtivo. Definitivamente, nesse setor não há produção no sentido material, mas sim produção no sentido de valor (de ser valorizado por agentes econômicos). Mesmo produtos que se materializam em algo tangível podem não ter importância econômica se não forem valorizados por esses

mesmos agentes.

Os novos conceitos que Robbins quer propor em substituição a essas ideias errôneas partem de um fato que pode passar despercebido. O sujeito que busca mais riqueza material enfrenta uma escolha que precede essa busca, que é a escolha entre buscar mais riqueza ou não (por exemplo, buscar mais lazer). O que Robbins quer nos dizer é que essa própria escolha tem implicações econômicas:

*...remains an economic problem (...) of choosing between these two kinds of activity – a problem of how, given the relative valuations of product and leisure and the opportunities of production, the fixed supply of twenty-four hours in the day is to be divided between them. There is still an economic problem of deciding between the ‘economic’ and the ‘non-economic’ (ROBBINS, 1945:11).*

A partir dessa discussão a posição robbisoniana tomará forma. Dessa forma, empassagemclássica, Robbins aponta que: *“Economics is the science which studies human behaviour as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses.”* (ROBBINS, 1945:16). Quatro são os conceitos introduzidos aqui e, além de fazer sua apresentação, Robbins aponta a necessidade da coexistência de todos eles para que uma escolha possa ser considerada uma decisão econômica. São eles: a escassez de meios, a multiplicidade de fins, a possibilidade de diferente aplicação dos meios e a preferência (a capacidade de ordenar os bens de acordo com preferências). Nesse ponto, a questão material, ou a busca de que trata Mill, desaparece da análise assim como as noções de riqueza, bens e dinheiro o que definitivamente redefine o espaço do que é “econômico”. Mudando o foco de análise para a “escolha”, a sua definição conseguiu alcançar maior espaço que a da primeira geração de marginalistas e sua ideia de que o ser humano é aquele que busca o prazer e evita a dor. Sumarizando o ponto de Robbins, pode-se dizer que a multiplicidade de fins é um fato da vida humana já que são necessários vários tipos diferentes de bens para satisfazer mesmo as necessidades mais básicas de sobrevivência, ainda mais somadas a outras vontades sociais e psicológicas. No entanto, ela não é suficiente, já que *“if I want to do two things, and I have ample time and means with which to do them”* não é preciso economizar: pode-se dispor das duas coisas que são alvo do seu desejo sem precisar tomar uma decisão, ou abrir mão de algo, logo posso satisfazer-me sem restrições e não há economia (ROBBINS, 1945:13). A limitação dos meios é, para Robbins, um fato físico e social, na medida em que existe um planeta Terra finito e de dimensões conhecidas. Assim, também existe um contexto social no qual o ser humano não é tomado isoladamente e outras pessoas precisam igualmente satisfazer suas necessidades no mesmo espaço. No entanto, essa condição também não é suficiente já que *“If the means of satisfaction have no alternative use, then they may be scarce, but they cannot be economised”* (ROBBINS, 1945:13). Por fim, a possibilidade de usos alternativos dos meios é levada em conta nas decisões, haja vista a multiplicidade de formas em que se pode combiná-los para produzir seja o mesmo resultado, sejam resultados diferentes. Mas, da mesma forma, se essa multiplicidade de formas encontra fins de mesma importância (ou de importância racionalmente indistinguível), o indivíduo, portanto, não é capaz de escolher.

Nos capítulos segundo e terceiro Robbins fará uma discussão acerca das implicações dessa definição. Uma delas, já abordada *en passant* no primeiro capítulo, é

que “*It follows from this, therefore, that in so far as it presents this aspect, any kind of human behaviour falls within scope of economic generalisations*” (ROBBINS, 1945:17). Ou seja, há uma ampliação do escopo da economia e parece agora seguro para o economista adentrar vários assuntos que antes não lhes pareciam relevantes. Como o próprio Robbins afirma, não é o caso agora de se descartar aquilo que fora produzido anteriormente e descartar o que não caia nessa definição. Uma vez que as teorias anteriores já produzidas estão contidas nessa definição mais abrangente, trata-se de absorver mais conhecimento para dentro da economia do que o contrário.

Outro fato importante a ser destacado é que, a partir da definição de Robbins

*It follows that Economics is entirely neutral between ends” e, por conseguinte, “It should be clear that to speak of any end as being itself ‘economic’ is entirely misleading* (ROBBINS, 1945:24).

*The ends may be noble or they may be base. They may be ‘material’ or ‘immaterial’- if ends can be so described. But if the attainment of one set of ends involves the sacrifice of others, then it has an economic aspect* (ROBBINS, 1945:25)

Aqui a preocupação moral ou qualquer resquício de entrelaçamento entre economia e outras disciplinas perdem o seu sentido, uma vez que para Robbins os fins não interessam. Patente é a diferença dessa ideia para a de J.S.Mill. Para ele, o problema econômico está um passo atrás, no contexto da descoberta. Ou seja, está na consequência de um tipo específico de comportamento humano (ou de uma dimensão dele). Robbins não se preocupa com o que está motivando o indivíduo a agir de tal forma. Pode estar o indivíduo buscando mais ou menos riqueza, o problema será econômico contanto que ele esteja buscando atingir uma preferência superior por ele elencada. Logo, percebe-se que a definição robbisoniana prescinde de um pressuposto inicial sobre a natureza humana (heurística). Ele parte de uma constatação acerca da escolha humana e daí extrai uma lógica (dedutivamente). Simplificadamente, pode-se dizer que a decisão por possuir mais riqueza, em Lionel Robbins, ainda não foi tomada pelo agente. Um trecho que elucida o caráter positivo da teoria de Robbins e que se contrapõe a tudo que seja normativo/subjetivo dentro da economia é o que se segue: “*Economics, then, is in no way to be conceived, as we may conceive Ethics or Aesthetics, as being concerned with ends as such.*” (ROBBINS, 1945:32).

Outro ponto de divergência interessante entre os autores é a saída encontrada por ambos para excluir da sua definição a ideia de arte em contraposição a ciência. Relembrando a posição de Mill, a ciência (e, por consequência, a economia política) deve colecionar verdades: a arte, ao contrário, propõe para si um fim e procura meios para efetuar-lo. Mill identifica o problema corretamente, mas o resolve de maneira distinta. Robbins afirma que a escolha técnica está sempre presente nas decisões, mas a econômica não. Ela somente surge se concorrem todos aqueles conceitos presentes na definição de múltiplos meios e fins. Essencialmente o problema econômico não está nas coisas em si mesmas e sim na relação entre elas. A ideia de relação é que separa aquilo que a economia pressupõe em suas análises daquilo que as constitui de fato.

Duas passagens são ilustrativas:

*the problem of technique arises when there is one end and a multiplicity of means, the problem of economy when both ends and the means are multiple*(ROBBINS, 1945:35)

*the subject-matter of economics is essentially a series of relationships. (...) Ends as such do not form part of this subject-matter. Nor does the technical and social environment. It is the relationships between these things and not the things in themselves which are important for the economist* (ROBBINS, 1945:38)

Após elucidar todos esses aspectos, vale a pena destacar um aspecto filosófico importante. Implícita a essa noção de escolha está a ideia de que os eventos econômicos, por definição, não podem ser separados da existência humana e dos conceitos criados por ele enquanto ser social. As definições anteriores que levam em conta a busca por mais bem-estar material não fazem menção a nenhum aspecto eminentemente humano dessas ações. Esse lado pode ser atribuído ao aspecto animal do ser humano e, até a atualização feita por Robbins, discute-se o ser humano enquanto buscando satisfazer suas necessidades imediatas, mas não enquanto ser racional que escolhe entre opções que lhe são apresentadas e que consegue elencá-las de forma organizada.

### 3.1 A relação entre Mill, Robbinse o método científico

Nessa seção, para fins de organização, dividir-se-á o argumento em três aspectos: a comparação da noção de abstração e indução (e conseqüentemente da introspecção), o da experimentação e a relação do método das ciências naturais e sociais entre os autores, conferindo maior importância e espaço a essa última análise.

*The propositions of economic theory, like all scientific theory, are obviously deductions from a series of postulates. And the chief of these postulates are all assumptions involving in some way simple and indisputable facts of experience relating to the way in which the scarcity of goods which is the subject-matter of our science actually shows itself in the world of reality. The main postulate of the theory of value is the fact that individuals can arrange their preferences in an order, and in fact do so.* (ROBBINS, 1945:78-79)

A citação acima nos mostra alguns aspectos importantes da metodologia de Robbins e o principal deles, talvez, seja o fato de que sua opinião e a de J.S. Mill sejam similares, mas com distinções que serão aqui apontadas.

*Mill and Robbins believe that they know the fundamental causal factors, and indeed they take them to be platitudes such as 'a greater gain is preferred to a smaller' or 'individuals can arrange their preferences in an order, and in fact do so'.* (Hausman, 2007:207).

Primeiramente, pode-se dizer que o raciocínio dedutivo que Robbins propõe é uma extensão da ideia de abstração colocada por Mill anteriormente: "...we do in fact understand terms such as choice, indifference, preference, and the like in terms of inner experience."(ROBBINS, 1945:87-88). Como trazido por Hausman, para os autores, os postulados dos quais parte a economia são hipóteses que prescindem de um confronto com a experiência científica dedutiva, são platitudes. A diferença reside

no fato de que, se Mill parte da indução para justificar a suposta obviedade das premissas em economia, Robbins não as justifica em absoluto. Tanto Mill quanto Robbins entendem o papel da abstração na economia e nas ciências em geral e reconhecem que existem várias causas concorrendo para que os fenômenos econômicos ocorram. No entanto, ao assumir a busca da riqueza como alvo único do ser humano, a definição de J.S. Mill (e de outros autores) foi acusada “[of assuming] a world of economic men concerned only with money-making and self-interest” (ROBBINS, 1945:94). Por outro lado, Robbins, mesmo com as ressalvas feitas em seu trabalho, foi criticado por incluir essa visão em sua definição. As críticas a ambos não parecem justas, principalmente a Robbins já que ele consegue avançar nesse problema: sua definição prescinde dessa premissa sobre o comportamento humano. Mill, por sua vez, constrói sua definição entorno dessa premissa, no entanto, dedica importante espaço de sua obra para qualificar esse argumento.

*We do not need controlled experiments to establish their validity: they are so much the stuff of our everyday experience that they have only to be stated to be recognised as obvious. (ROBBINS, 1945:78-79)*

O problema de experimentação nas ciências sociais está presente nessa passagem e constitui-se em um problema discutido por ambos os autores, porém existe aqui uma diferença de argumentação que pode passar despercebida. A ideia de Robbins é descartar a necessidade de tais experimentos serem conduzidos. Se para Mill eles seriam desejáveis, porém impraticáveis dentro da economia, Robbins não acredita na necessidade de tal procedimento, e que, mesmo que possíveis não seriam importantes. Se há alguma convergência de opiniões nesse ponto, ela decorre unicamente do fato de que, no limite, para a prática dos economistas essa distinção teórica não possui implicações diretas.

A separação da área da sociologia, política e economia ainda não se verificava inteiramente à época de Mill, enquanto que Robbins escreve em meio ao término dessas mudanças. Por esse motivo, enquanto a definição de Mill é permeada pelos aspectos de sua época e pelo sistema sócio-econômico que funcionava na época, a abordagem de Robbins foi formulada para ser, pretensamente, universal e aplicável em qualquer tempo e lugar<sup>5</sup>

*Robbins sees himself as following in the footsteps of Senior and Cairnes who (...) were two of the more strident supporters of the Ricardian abstract, a priori method. But there was also one substantial change involved in the move from Mill to Robbins. This, according to Wade Hands, consisted of: The movement from characterizing the method of economics as it contrasts with the different methods of other sciences in Mill, to specifying rules for the proper conduct of any science, and thus economics, in Robbins (Milonakis; Fine, 2009:228)*

Na crítica que Robbins faz à posição histórico-relativista ele deixa claro que a economia e seus postulados têm de se pretender válidos para todos os períodos. Essas ideias mais gerais são especificadas para cada tempo e lugar de acordo com premissas auxiliares. Mais do que uma alteração dentro da própria economia, foi uma mudança de

---

<sup>5</sup> Se Robbins conseguiu ou não esse feito não é o objetivo da seção, mas sua teoria fora elaborada com esse objetivo e alcançou grande popularidade por esse motivo, com inspiração nas ciências naturais.

visão da economia frente às outras disciplinas que motivou a mudança de método robbinsoniana. Se Mill quis enfatizar as diferenças inerentes às ciências naturais e sociais, mas caiu em contradição ao aproximar e ao se inspirar nos métodos das ciências naturais, como mostrado no capítulo anterior, Robbins também o fez. Ele quis encontrar regularidades, ou justificar, à luz da teoria neoclássica, a proximidade ou uniformidade entre o método científico de diferentes áreas quando afirma que “*it is clear, the propositions of Economics are on all fours with the propositions of all other sciences.*” (ROBBINS, 1945:104)<sup>6</sup>, mas também contradiz parte da sua exposição ao dizer que “*the methods of economic science (...) are often different from the methods of the natural sciences*” e que “*there is much less reason to doubt the counterpart in reality of the assumption of the individual preferences than that of the assumption of the electron*” (ROBBINS, 1945:105). Nessa exemplificação, mostra-se que as ciências naturais, ao invés de terem servido de ponto de apoio ou de um contraponto ao método da economia, foram um instrumento usado para justificar os argumentos usados tanto no sentido unificador, quanto no sentido separatista dos métodos.

A separação entre a economia e a psicologia é conduzida no capítulo quarto, onde o autor rejeita algumas críticas feitas sobre a validade dos postulados da economia. Se os postulados são baseados em teorias psicológicas sobre o comportamento humano, logo a economia deveria incorporar avanços nesse ramo do conhecimento para alterar as suas próprias premissas. No entanto, Robbins acredita que, embora alguns teóricos de fato se utilizem de noções que partem da psicologia, nem todos o fazem, o que significaria que esses postulados se sustentam sem se filiarem a teorias psicológicas. É defendida a suposta obviedade das premissas via introspecção para descartar a internalização de incrementos da psicologia na economia. Basicamente, o que Robbins quer dizer é que esses distintos campos do conhecimento querem responder a perguntas diferentes:

*All that we need to assume as economists is the obvious fact that different possibilities offer different incentives, and that these incentives can be arranged in order of their intensity*

*Why the human animal attaches particular values in this sense to particular things, is a question which we do not discuss. That is quite properly a question for psychologists or perhaps even physiologists. (ROBBINS, 1945:86)*

Nesse ponto, Robbins, ainda que aderindo a certo individualismo metodológico, observa que o método científico cartesiano advogado por muitos não pode ser aplicado diretamente à economia. A economia está impregnada de problemas que são essencialmente subjetivos não passíveis de serem diretamente observados e daí a necessidade da introspecção é premente. Mesmo a observação de fenômenos que são visíveis para o economista, como a formação de preços, está de certa forma ancorada em premissas de caráter psicológico. A formação de expectativas sobre o futuro também é um exemplo forte de como a teoria incorpora elementos não observáveis na experiência dos agentes, já que essas expectativas não se materializam em comportamento observado. É nesse ponto que o autor conclui pela separação em

---

<sup>6</sup>A todo momento, durante o texto, busca-se inspiração num suposto “método científico” e comparações na física e mecânica.

alguns pontos do método das ciências sociais das ciências naturais e se configura certa contradição: “...the procedure of the social sciences which deal with conduct, (...) can never be assimilated to the procedure of the physical sciences.” (ROBBINS, 1945: 90).

Há alguns pontos controversos ainda nesse trabalho. Robbins chega a afirmar que a qualidade das premissas é importante para o avanço da teoria econômica e que elas podem ser melhoradas ou substituídas em prol da disciplina. Uma parte importante da ciência econômica se dedica, desse modo, ao escrutínio daquilo que serve de base para as construções e deduções da teoria. “*The perception and selection of the basis of economic analysis is as much economics as the analysis itself. Indeed it is this which gives analysis significance.*” (ROBBINS, 1945:106). Apesar desse reconhecimento, pode-se perguntar como se conseguiria melhorar ou aproximar tais pressupostos que são psicológicos por natureza, ou mais do que isso, tidos como incontestáveis pelo autor. A preocupação da economia para Robbins, como fora observado anteriormente, não está em perguntar como são construídos os pressupostos, mas partir deles. A maneira mais natural de se ampliar um conhecimento prévio que não é próprio da disciplina seria recorrer a outras ciências. Em se descobrindo evidências para algum tipo de comportamento que prevaleça sobre outros previamente tidos como certos (por meio da introspecção, algo metodologicamente muito problemático para uma pretensa ciência) se conseguiria melhorar o poder de explicação de uma teoria. Hausman ainda adiciona que, tendo como alvo a aproximação da realidade como percebida por nós, ou seja, ampliando o realismo das hipóteses é que se pode alterar entre diferentes hipóteses alternativas, sob pena de se cair em mudanças constantes por meros “blindguesses” (HAUSMAN, 1992). No entanto, Robbins rejeita essa busca por um aprofundamento do realismo ou da veracidade das premissas.

Outro ponto controverso sobre a diferenciação o método das ciências naturais e sociais emerge no fim do capítulo. Para o autor, a grande questão posta é uma diferença não em essência, mas de grau. Ou seja, a diferença importante entre as ciências se deve à capacidade de se traduzir diretamente os seus problemas em resultados matematicamente exatos, o que se relaciona intimamente à capacidade de medição. Seja por uma dificuldade humana, seja por uma questão tecnológica momentânea de incapacidade de seus instrumentos medirem os eventos com precisão. As ciências naturais fazem com facilidade essa transição de linguagem, enquanto nas ciências sociais ela não é possível, pelo menos não de forma exata.<sup>7</sup> Prever nas ciências sociais é difícil, em particular por que se lida com o que poderíamos chamar de maneira abstrata de livre-arbítrio humano:

*there is no means available for determining the probable movement of the relative scales of valuation. Hence in all our analysis we take the scales of valuation as given (ROBBINS, 1945:126-7)*

*once the signs of a major boom in trade have made their appearance, the*

---

<sup>7</sup>A solução encontrada para esse tipo de problema é algo que os austríacos convencionaram chamar de mudanças endógenas e exógenas. O que se pode prever internamente pela economia seria endogenamente determinado, o que é externamente determinado é tudo aquilo que se encontra fora dos domínios do previsível e do mensurável, fora dos modelos econômicos e é, portanto, exógeno.



*coming of slump and depression is almost certain; though when it will come and how long it will last are not matters which are predictable, since they depend upon human volitions...(ROBBINS, 1945:126)*

Por fim, pode-se ressaltar o papel que Robbins dá à influência das outras disciplinas sociais na economia. Diferentemente de Mill, que admite a impossibilidade de se compreender e interferir na realidade apenas com o conhecimento que advém dos estudos da economia, Robbins dá menos importância aos outros fatores que influenciam na decisão humana. Muito disso se deve ao fato de que sua definição é mais abrangente que a de Mill e muda o foco de análise. O autor reconhece que existe um conhecimento que se encontra em algo que ele chama de “sociological penumbra” que ele acredita ser importante incluir na análise econômica, por razões práticas. Não se trata, no entanto, de dizer que o economista deve empreender um estudo compreensivo de outros ramos de conhecimento para se tornar um profissional mais completo, como quer Mill. Para Robbins: *“We may not agree with J.S. Mill that ‘a man is not likely to be a good economist if he is nothing else’. But we may at least agree that he may not be as useful as he otherwise might be.”*(ROBBINS, 1945:150). Aparentemente, Robbins acredita que na hora de intervir na prática são necessários alguns conhecimentos tácitos e que vêm da experiência. Mais do que um estudo formal de outras ciências o autor fala de uma capacidade intelectual de se incluir na análise fatos reconhecidamente relevantes para o assunto: *“thekindof insight required into these problems is often of a very elementary order – although it is surprising how many people lack it”*(ROBBINS, 1945:130).

#### **4A DEFINIÇÃO DA ECONOMIA NA ATUALIDADE**

Muito tempo se passou desde que a obra de Robbins, analisada no capítulo anterior, foi publicada, mas a definição que ele apresentou de forma inédita ainda influencia de modo significativo os trabalhos dos autores contemporâneos. Talvez o fato que comprove a extensão dessa influência seja a ampla difusão que seus conceitos tiveram entre os ortodoxos. Vale ressaltar que o tema do campo ou objeto da economia, e suas peculiaridades, não é hoje discutido na extensão em que já foi no passado. Aos iniciantes nessa área são deixadas mais dúvidas que respostas ao apresentarem-se as definições introdutórias ao assunto. Será ao nos aprofundarmos nos manuais correntes e muito usados mundo afora que seremos capazes de evidenciar como o tema é apresentado ao leigo. De acordo com (Kuhn, 2010), é nos manuais que se consolidam aqueles conceitos e teorias que a comunidade científica chancelou ao longo do tempo e estão concentrados aqueles entendimentos iniciais que o indivíduo necessita antes de se aventurar por temas mais esotéricos. Aqui se encontra o *background* necessário para o início de qualquer conversa dentro da academia e o cerne (ou, com algumas ressalvas, o “hard core”) da economia, de onde partem todas as outras análises. No universo dos manuais encontram-se abordagens as mais distintas. Aqui se apresentará os conceitos que são introduzidos por aqueles manuais que são reconhecidamente importantes e muito utilizados entre universidades de todo o mundo. Além da relevância de seus livros pode-se apontar que os autores dessas obras possuem ou possuíram relevância nos debates correntes da disciplina, inclusive com outras publicações.

*Introdução à Economia* de Krugman e Wells sequer apresenta de forma clara e objetiva uma definição de economia. O conceito fica numa espécie de penumbra. O máximo que é feito é uma citação de uma definição de Marshall - “a economia é ‘um estudo da humanidade nos negócios comuns da vida’”(KRUGMAN; WELLS, 2007:1) - a qual não consegue agregar nada por ser muito vaga. Os autores tentam explicar o que é a economia descrevendo a economia americana atual, contrapondo a economia de mercado à economia de comando, algo que além de confuso é extremamente viesado, e concluem com uma introdução superficial do conceito de mão invisível de Adam Smith. Os autores estão, nesse ponto, estendendo a visão de Robbins acerca do problema, deixando implícito ao leitor que a cada passo da vida humana o indivíduo se depara com um problema econômico. Isso se tornará um pouco mais claro ao se introduzir a noção de escolha e como elas interagem com os recursos que são escassos. A clivagem entre microeconomia e macroeconomia se dá, para os autores, simplesmente por agregação. Se “cada um dos milhões de indivíduos na economia faz sua própria escolha sobre onde fazer compras, e a escolha do conjunto é simplesmente a soma dessas decisões individuais” (KRUGMAN;WELLS, 2007:5) a economia nada mais é do que a união das decisões individuais enquanto estas são constrangidas por recursos escassos. No entanto, os autores não demonstram, como Robbins, que a escassez é de fato uma necessidade para se ter uma escolha econômica e não estão interessados nisso.

Diferentemente desse livro-texto, *Introdução à Economia* de Gregory Mankiw tem mais cuidado com a questão. Além de apresentar melhor a questão da escassez ele aponta uma definição do objeto da economia já nos primeiros parágrafos. “Economia é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos. (...) Os economistas estudam como as pessoas tomam decisões.” (MANKIW, 2009:4) Nota-se a grande semelhança, mais uma vez com os termos trazidos por Robbins. As ideias permanecem as mesmas, apenas tenta-se adequar a linguagem ao leigo no assunto. Apresenta-se também a origem da palavra e como seu significado se modificou. Economia vem do grego oikos (casa) e nomos (norma, lei, costume). Pela etimologia, oikonomia significa algo como a “administração de um lar” conceito que pode ser estendido para outras direções. Daí o uso corriqueiro da palavra economia quer dizer empregar o mínimo de recursos disponíveis para alcançar um objetivo. A pessoa econômica consegue gastar pouco e ainda assim satisfazer suas necessidades. Muito pouco nos informa esse tipo de definição e, ao contrário do que diz Mankiw, a administração do lar não se relaciona intimamente à economia como um todo.

Outra obra importante, que talvez superponha as outras duas nesse quesito, é o manual de Paul Samuelson e William Nordhaus. *Economics* é um dos primeiros manuais a serem publicados na forma como se tem hoje em dia, tendo sido publicado pela primeira vez em 1948 e ainda hoje tem sido reimpresso. Segundo os autores, ao longo dos últimos anos a economia mudou e expandiu para incorporar uma grande variedade de tópicos: “*Economics is the study of how societies use scarce resources to produce valuable commodities and distribute them among different people.*” (SAMUELSON; NORDHAUS, 1998:4). Nota-se que esse é um conceito mais completo do que os já discutidos, os quais dão menos atenção a essa discussão. Uma ideia que o aproxima da abordagem robbinsoniana é o fato de que os autores articulam,

a seguir, dois conceitos: o de escassez e o de eficiência. Nesse ponto mostra-se que os bens são limitados, enquanto as vontades humanas parecem ilimitadas. Dadas essas vontades, é importante que a sociedade faça o melhor uso de seus recursos, daí vem a noção de eficiência e o objetivo maior da economia: fazer com que a sociedade alcance seus objetivos (não entrando no mérito de quais seriam esses objetivos) utilizando a menor quantidade de seus recursos e meios. Se Mankiw dá um passo a mais que Krugman e Wells na definição de economia, Samuelson e Nordhaus vão mais além e conjugam a escassez de recursos com as necessidades humanas que são ilimitadas, no sentido que Robbins dá ao termo. Ou seja, as pessoas gostariam de ter o máximo de todos os bens, mas esbarram na incapacidade humana de consumir todos eles e na finitude do planeta em que vivem.

Conclui-se com essa breve discussão que o problema do objeto de estudo fora, de certa forma, resolvido por Robbins. Fosse ela um construto científico em si, e não metodológico, poder-se-ia considerá-la um paradigma estabelecido. Isso parece ter implicado uma separação mais clara das ciências sociais e da economia. Após a intervenção de Robbins a economia passou a ter um objeto mais bem definido com o qual se preocupar e, cada vez menos aceita a intervenção das outras ciências dentro dela mesma. À primeira vista, parece louvável que a economia tenha conseguido tal separação, pois proporcionou a ela o status de ciência com sua própria agenda de pesquisa. Não sendo possível distinguir o objeto de estudo de um campo de conhecimento daquele de outro, esses campos não se separariam e não seria alcançado o amadurecimento da disciplina e o aparecimento da “ciência normal” nos moldes kuhnianos.

#### **4.1 Método na economia contemporânea**

Se do ponto de vista do objeto foi importante separar a economia da psicologia, da sociologia, da antropologia e do direito, do ponto de vista metodológico um tipo de visão que tentou aproximar economia das ciências naturais e distanciá-la das ciências sociais pode não ter produzido um melhor entendimento das coisas. Mankiw, em seu manual, tenta expor a maneira como procede o economista na construção de suas teorias, que é por meio de modelos e teorias que são abstrações da realidade, uma simplificação do real. Outra questão importante levantada é a distinção entre economia positiva e normativa. Para esse autor, a economia enquanto ciência (inspirada nas ciências naturais) deve buscar ser positiva: explicar as coisas como elas são, e não dizer como elas devem ser. No segundo caso, nos afastamos da ciência e adentramos em questões éticas e morais, tidas por ele como inapropriadas para a ciência. No entanto, o autor toma uma posição um tanto quanto utópica acerca do comportamento do cientista e do economista especificamente. Mankiw faz alusão ao método científico e ao modelo hipotético-dedutivo de forma prescritiva, mas que não condiz exatamente com o que os economistas fazem. Hausman consegue enxergar a questão com clareza quando nota que os economistas tendem a ter uma posição metodológica definida e que se aproxima da noção cartesiana. Parecem ainda acreditar que existe uma forma correta e única de se conduzir a ciência e essa se dá pela elaboração de hipóteses e do seu teste contra as observações. A comprovação com base na experiência é algo que confirma (ou, no caso contrário, refuta) a sua hipótese e, portanto, o seu modelo

teórico, ideia propagada ainda mais a partir do trabalho de Friedman, *The methodology of positive economics*. “Milton Friedman’s influential views, [which] direct economists to be guided entirely by the success of the relevant predictions of their theories” (HAUSMAN, 1992:275). Embora adeptos da noção metodológica friedmaniana, Hausman percebe que essa filiação por parte dos neoclássicos é instrumento de defesa dos economistas dos ataques a suas teorias e ao tipo de premissas e método adotados. Ou seja, o que esse autor argumenta é que os economistas preconizam um tipo de método, mas aplicam outro tipo na sua construção de seus trabalhos.

O ponto que Hausman quer fazer com sua obra *The inexact and separate Science of economics* é de que há uma filiação, *latu sensu*, a um tipo específico de teoria, que é a teoria do equilíbrio: “Neoclassical economics is the articulation, elaboration, and the application of equilibrium theory” (HAUSMAN, 1992:272); e isso envolve confiar na veracidade daquelas premissas estabelecidas por Robbins como “verdadeiras por definição”. Essas premissas, após alguma elaboração, chegaram aos conceitos hoje aglutinados na ideia de racionalidade. Do lado do indivíduo, a racionalidade implica completeza, transitividade e continuidade das preferências; acrescentada noção de maximização de utilidade. Do lado da firma, ela implica maximização de lucro, produtividade decrescente dos fatores e retornos constantes de escala.<sup>8</sup> A partir dessa definição, a economia, enquanto aquilo que é realmente feito pelos seus profissionais, é descrita da seguinte forma:

*Economic phenomena are the consequences of rational choices that are governed predominantly by some variant of consumerism and profit maximization. In other words, economics studies the consequences of rational greed.* (HAUSMAN, 1992:95)

Com isso, Hausman defende a ideia de que a economia é uma ciência inexata, uma vez que seus axiomas refletem apenas algumas das causas dos fenômenos econômicos. Não só por isso, mas também porque a confiança nas implicações da teoria econômica deriva da confiança nesses axiomas, não do teste da qualidade desses mesmos axiomas. O argumento de Hausman informa que a filiação dos neoclássicos a essa teoria do equilíbrio não se deve ao fato de que esta é uma boa teoria— de que ela é confirmada empiricamente ou do realismo de suas hipóteses, por exemplo. Ela se relaciona com uma necessidade que surgiu nos economistas de entender a economia separadamente como disciplina e prescindindo de teorias acessórias para o seu completo entendimento. Essa necessidade de se manter a visão da economia como ciência independente é a grande responsável pela manutenção do *status quo* teórico e metodológico. “To surrender the vision of economics as a separate science would be to part with the grand vision that a single theory could provide one with a basic grasp of the subject matter” (HAUSMAN, 1992:225). Por esse motivo, o autor entende que economia neoclássica funciona de forma bastante distinta daquilo que seus adeptos costumam pregar.

A adesão à teoria do equilíbrio e, portanto, à ideia descrita acima é o que diferencia o economista de outro pesquisador em ciência social. “*Equilibrium theory (...)*

---

<sup>8</sup> A teoria neoclássica, atualmente, é capaz de flexibilizar algumas dessas premissas ao custo de menor qualidade no tratamento matemático e de elegância dos modelos.

*permits a separate science of economics*" (HAUSMAN, 1992:119). Trata-se de um problema da sociologia do método científico. A comunidade científica se agarra a esse conjunto de normas de modo a manter o seu campo de estudo relevante por si só, e independente.

*Can one better understand economies by applying equilibrium theory, or would economists do better to develop a variety of different theories with smaller domains and a larger repertory of causes? The later alternative would lower the barriers between economics and other social sciences, since the causal factors with which sociologists and psychologists have been concerned may be important in particular economic sub-domains. Although the question is an empirical one, the answer also depends on the objectives and uses of economic theories. For a 'separate science' such as general equilibrium theory has enormous aesthetic appeal, heuristic power, and normative force, none of which economists will willingly sacrifice unless the more fragmented and less purely 'economic' alternatives have similar virtues and fit the data much better* (HAUSMAN, 1992:225)

O argumento nessa seção é forte e inovador porque demonstra facetas interessantes da opção metodológica adotada pelos economistas. Hausman mostra que a tentativa de impedir que o conhecimento das outras ciências sociais invada a economia, diz respeito a uma preferência dessa comunidade científica. Apesar de subjetiva, essa preferência não deve ser desprezada como não importante, por aquele que observa de fora, mas deve-se respeitar e entender a motivação daqueles que tentam sustentar o status epistemológico que cientistas do passado lutaram para trazer à economia. Pelo argumento de Hausman pode-se inferir que as idiosincrasias dessa comunidade científica foram sendo geradas historicamente, como foi demonstrado nos capítulos anteriores. De autor em autor foi se constituindo a cultura e organização interna a essa comunidade e foi se dando forma ao tipo de conhecimento tido como científico ou não por seus membros. Validade teórica e consistência lógica são elementos que, por si só, são capazes de conferir à economia uma importância científica. Ainda que não tivesse nenhuma contrapartida na realidade concreta, a disciplina teria seu lugar de importância. No entanto, a economia tem algo a dizer sobre a realidade ainda que seja sob a forma de forças tendenciais como quer J.S.Mill. Porém, há na explicação de Hausman uma combinação, não só de defesa, como de crítica acerca do posicionamento e prática dos economistas, principalmente face ao seu insucesso em conseguir progresso empírico. Nesse ponto, "*since economics has not been very successful and has not made much empirical progress, economists should be exploring alternatives.*" (HAUSMAN, 1992:280). Alternativas como a inclusão de material produzido fora de seus domínios e maior colaboração com outras ciências sociais. O autor conclui o texto com a ideia de que a defesa sistemática de um modelo matematicamente bem elaborado ou elegante não é capaz de transformar a teoria do equilíbrio em boa teoria. A economia enfrenta dificuldades empíricas enormes, problemas com relação ao pressuposto da racionalidade e produz políticas públicas (*normative economics*) que nunca serão capazes de se desvencilharem de vieses. Por essas questões, o autor acredita que a economia esteja metodologicamente fadada ao fracasso. O que não significa estagnação, pois há caminhos a serem seguidos na formação de conhecimento de melhor qualidade. Talvez o campo de demarcação entre boa e má ciência não deva se resumir àquele até hoje consagrado e presente no

imaginário do grande público (e mesmo entre cientistas). Conseguir ser “*more eclectic, more opportunistic, more willing to gather data...*” mais abrangentes e tentar ser menos como os cientistas renomados do passado ou de insistir em imitar o padrão das ciências naturais pode ser o caminho. Hausman dá dicas de que talvez a economia experimental, com seus avanços poderia de fato mudar essa situação num futuro breve. O argumento que se quer fazer aqui é que resgatar essa impressão que Hausman teve em 1992, faz sentido hoje para novas áreas de fronteira, a economia comportamental e a neuroeconomia. De certa forma cedendo espaço ao auxílio de outros instrumentais que advêm de outras disciplinas, a economia poderia avançar em algumas de suas convenções. A economia como até hoje foi construída está assentada em bases muito poderosas e ela terá sempre seu lugar de importância. No entanto, se a obra de Kuhn foi apreendida com sucesso ela nos mostra que sempre houve aqueles que tentaram transformar e descartar por completo o conhecimento antigo e aqueles que tentaram se agarrar ao paradigma de forma cega e pouco produtiva, mas nenhum desses lados deve ser tomado isoladamente: as forças modificadoras são imprescindíveis, mas

ao assegurar que o paradigma não será facilmente abandonado, a resistência garante que os cientistas não serão perturbados sem razão. Garante ainda que as anomalias que conduzem a uma mudança de paradigma afetarão profundamente os conhecimentos existentes (KUHN, 2010:92).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo isso em mente, pode-se olhar para as reflexões da economia de duas formas. Uma delas seria entender que elas perdem sua relevância num cenário em que cada vez mais se refutam as ideias mais básicas que sustentam todo o arcabouço que parte dos seus pressupostos. Não só isso, mas, mesmo compreendendo o papel das abstrações e dos modelos dentro da ciência econômica percebe-se a limitação do que suas análises e conclusões têm a dizer sobre o mundo real. Nesse sentido, seria importante perceber como as ciências sociais diferem em essência das ciências naturais e introduzir cada vez mais no escopo da economia as ideias produzidas pela psicologia, sociologia e ética. Dessa forma, poderia se manter aquilo que a teoria vem construindo ao longo de sua inauguração no século XIX e adicionar princípios que não fazem parte, atualmente, da economia. Outra postura seria a de identificar que isso não diz respeito à economia, e como J.S. Mill observa em sua definição, a economia não tem a pretensão de dizer algo sobre a realidade concreta por si só. Ela só é capaz de informar a tomada de decisão sob um ponto de vista específico, e, associada com informações advindas de outros campos do conhecimento ser capaz de cobrir grande parte das causas dos fenômenos sociais. Essa visão implica, portanto, dizer que a economia cumpre seu papel enquanto compreende apenas parte da história e ajuda na tomada de decisão de forma parcial. Aqueles que se apoderam das análises da economia, e somente dela, e se julgam capazes de analisar todos os fenômenos que acometem os seres humanos, estão errados. A economia nada tem para contribuir a esse debate de forma que a ciência fez seu papel, mas foi utilizada de forma incorreta. O argumento que se quer deixar aqui é que há validade em dizer que a economia pode-se beneficiar de uma análise mais compreensiva. O conhecimento que vem de outras áreas é importante não só para construir um bom cientista social e tomador de decisão, mas um bom economista *stricto sensu*. Poder-se-ia seguir a direção que a

teoria convencional seguiu e segue até hoje, admitir o papel limitado que a economia tem para refletir acerca do mundo e incorporar apenas aquilo que não entre em conflito com aquilo que já foi conquistado pela via do método científico tradicional, por assim dizer, e do individualismo metodológico. O fato de que muito daquilo que tem sido produzido fora dos domínios da economia também se filie a essa linha metodológica tem permitido que esse conhecimento se incorpore de forma harmoniosa com os modelos tradicionais. No entanto, deve-se ressaltar que o salto lógico do individual para o social (defendido dentro do individualismo metodológico) não é possível de ser feito por simples agregação. A economia neoclássica está atualmente calcada no individual e a neuroeconomia e a economia comportamental reforçam essa ideia (e são importantes, tem méritos e aplicações relevantes), mas a transição empreendida por elas até os fenômenos sociais necessita do desenvolvimento de teorias auxiliares. Se num primeiro momento, com Mill e Robbins, a economia buscou (e necessitou) uma abordagem que a distinguisse de todos os outros campos do conhecimento, atualmente ela tenta buscar auxílio nesses outros campos para alcançar um melhor entendimento. A ponte que se reestabeleceu recentemente nas ciências sociais provou ser proveitosa, mas insuficiente para uma compreensão totalizante, por isso, a conclusão é que talvez seja possível avançar ainda mais nesse sentido se se estiver disposto a romper mais fortemente com o paradigma atual. Os caminhos que podem levar a essa ruptura só podem ser apontados por meio de um esforço de pesquisa que busque entender melhor as relações sociais que ocorrem no capitalismo contemporâneo.

Esse trabalho procurou mostrar como as preocupações dos economistas e a forma como conceberam o objeto de sua disciplina foram se modificando com o correr do tempo. Tentou mostrar também a contrapartida dessas mudanças na adoção do tipo de teoria que foi adotada pelos neoclássicos, visão que é predominante hoje no mundo. O último capítulo, por sua vez, argumenta que algumas das principais críticas têm sido ao menos parcialmente incorporadas na teoria econômica dominante, mas que elas possivelmente não atacam as grandes questões. Não é por outro motivo que a teoria neoclássica permanece dominante e consegue, em grande medida, agregar a seu corpo teórico esses avanços e críticas. A visão metodológica que esse grupo sustenta é compartilhada por boa parte dos economistas comportamentais e neuroeconomistas e é talvez a grande responsável pela manutenção do *status quo* da disciplina. À guisa de conclusão, é importante apontar que autores importantes têm tentado contribuir para mudar a forma que os economistas veem o mundo e enriquecer o debate ainda mais. Assim como apontado na introdução desse texto, deve-se observar como essa mudança metodológica que se processa dentro da economia também sofre influências externas e não é, de forma alguma, um fenômeno recente.

O texto quis mostrar que desde a tentativa de separação da economia com Mill e Robbins foram ocorrendo mudanças dentro do tipo de análise da economia que, se num primeiro momento foram importantes para o fortalecimento da disciplina, podem agora ser repensadas. Espera-se, no entanto, que trazendo os debates da filosofia da ciência para dentro da disciplina, consiga-se identificar o papel distinto que as ciências sociais devem ter na discussão econômica e melhorar a qualidade de suas análises.

## REFERÊNCIAS

- BLAUG, Mark. **The methodology of economics or how economists explain.** 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- HAUSMAN, Daniel M. **The inexact and separate science of economics.** New York: Cambridge University Press, 1992.
- HAUSMAN, Daniel M. **The Philosophy of economics: an anthology.** New York: Cambridge University Press, 2008.
- HAUSMAN, Daniel M. Kuhn, Lakatos and the character of economics. In BACKHOUSE, Roger E. (Org.), **New directions in economic methodology.** London and New York: Routledge, 2007.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** Editora Perspectiva, 2010.
- KRUGMAN, Paul e WELLS, Robin. **Introdução à economia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia.** 2 reimp. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- MILL, John Stuart. Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. In: **Bentham, Stuart Mill.** São Paulo: Abril Cultural, 291-315 (Col. Os Pensadores). (1836[1974]).
- MILL, John Stuart. 1981-1991. **Collected Works of John Stuart Mill**, 33 vols. Toronto: University of Toronto Press, 2006.
- MILONAKIS, Dimitris e FINE, Ben. **From Political Economy to Economics: Method, the Social and Historical Evolution of Economic Theory.** London and New York, Routledge, 2009.
- REDMAN, Deborah. **The Rise of Political Economy as a science: Methodology and the Classical Economists.** Cambridge: MIT Press, 1997.
- ROBBINS, Lionel. **An essay on the nature and significance of economic science.** London: Macmillan and Co., Limited, 1932.
- SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economics.** 16. ed. New York: McGraw-Hill Companies, 1998.
- WINCH, Peter. **The Idea of a Social Science and its Relation to Philosophy.** London: Routledge Classics. 2008.



